

# PAISAGEM CULTURAL DA PIRITE ALENTEJANA: DO CONCEITO ÀS ESTRATÉGIAS

CULTURAL LANDSCAPE OF THE ALENTEJAN PIRITE: FROM THE CONCEPT TO THE STRATEGIES

PAISAJE CULTURAL DEL PIRITE ALENTEJANO: DEL CONCEPTO A LAS ESTRATEGIAS

Marta Duarte Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O património industrial durante largos anos foi pouco valorizado enquanto possibilidade de valorização estratégica, dada a sua história relativamente recente, bem como a sua associação a vicissitudes operárias ou às suas implicações ambientais. De enfatizar que este recurso estratégico se entende desde a escala do objeto arquitetónico à escala territorial, como já demonstraram os designados parques patrimoniais dos EUA desde a década de 1970 e outros casos na Europa. De igual modo, documentos como a Carta de Nizhny Tagil (2003) vieram colocar em evidência o seu valor patrimonial a par de metodologias para a sua salvaguarda tendo em conta as várias escalas de intervenção.

A proposta de Paisagem Cultural da Pirite Alentejana constituída pelos núcleos mineiros do Lousal, Aljustrel e S.Domingos/Pomarão, é suportada pelo Estado da Arte criado pelas experiências supramencionadas bem como pelo entendimento de paisagem cultural sob esta nova luz e o seu desenho no contexto português.

A partir da análise de elementos gráficos até então desconhecidos e a criação de uma metodologia para a constituição de propostas de paisagem cultural, este projeto de investigação tem como objetivo final a sua concretização no terreno.

As estratégias baseiam-se na sua divulgação, comunicação e possibilidades de *spin-off* em parcerias com outros centros de investigação e municípios e a criação de uma marca.

**Palavras-chave:** Paisagem cultural. Estratégias territoriais.

---

<sup>1</sup> PhD em Arquitetura pela Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitectura. Membro colaborador e pesquisador (CIAUD – FAULisboa (Research Centre of Architecture, Urban Planning, and Design – Faculty of Architecture of the University of Lisbon)). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5830-0979>. E-mail: [marta.duarte.oliveira@gmail.com](mailto:marta.duarte.oliveira@gmail.com)

Artigo recebido em agosto de 2022 e aceito para publicação em outubro de 2022.

**ABSTRACT:** Industrial heritage has been for many years disregarded as a possibility of strategic value, given its recent history as well as its association with workers hardships or even its environmental implications. It's also relevant to highlight that this strategic resource has a vast span of intervention, that can go from the architectural object to the territory, as demonstrated by the Heritage Parks in the USA since 1970 and other cases in Europe. Documents such as the Nizhny Tagil (2003) charter, equally contributed to emphasized its heritage value as well as providing methodologies to its preservation, while considering the various scales of intervention.

The proposal of the Cultural Landscape of Alentejo's Pyrite, composed by the minning sites of Lousal, Aljustrel and S.Domingos/Pomarão is based on the State of the Art given by the experiences mentioned above along with the cultural landscape understanding and its consideration within the Portuguese contexto.

From the analysis of graphic elements unknown since the research that allow to draw the methology for cultural andscape proposals, this reasearch project has the ultimate goal of being on the field.

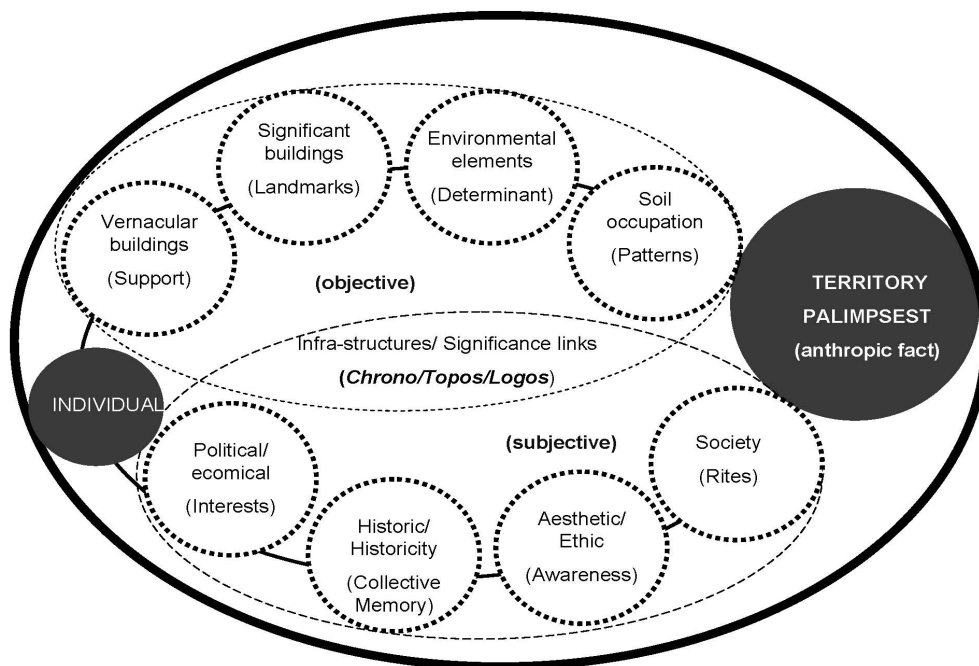
The strategies are based on its dissemination, communication and branching to *spin-off* partnerships with other research centres, municipalities and branding.

**Keywords:** Cultural landscape. Territorial strategies.

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento das paisagens culturais pela UNESCO é, muitas vezes, entendido de uma forma politizada, enquanto “conceito opaco” (KELLY et al., 2001, apud FOWLER, 2003a, p.17), cujos critérios e preocupações são mais administrativos e protecionistas do que de conteúdo académico ou projetual. Todavia, não há como refutar o papel que este reconhecimento institucional, sobretudo pela categoria UNESCO, teve na disseminação do património cultural, em termos de conteúdo, de significado e, acima de tudo, de escala na figura de paisagem cultural.

A “paisagem cultural” encerra, enquanto produto antrópico, um contexto físico aliado ao habitar, Existindo pela apropriação espacial e cultural, de expressão horizontal e vertical, incorporando reflexos do coletivo e da sua identidade (OLIVEIRA & RIBEIRO, 2013).



Fonte: Oliveira e Ribeiro (2013).

Figura 1. Paisagem cultural: diagrama rizomático.

A conceptualização proposta de “paisagem cultural” advém do seu entendimento enquanto contexto e pretexto projetual assente no operar humano, reinvidicando uma significância que não sendo, necessariamente, de excelência (como nos casos UNESCO), é de pertinência territorial.

Nas últimas décadas, algumas investigações internacionais têm enfatizado esta questão, no âmbito académico da arquitetura e do urbanismo, demonstrando a instrumentalização e implementação de projetos territoriais fundamentados na valência patrimonial, através de uma análise morfológica e metodológica.

O conceito de parques patrimoniais é exemplificativo desta ideia e decorre da proposta de “paisagem cultural” de Sabaté (SABATÉ; SCHUSTER, 2001) suportada pela sistematização das componentes comuns de projetos territoriais de revalorização – nomeados assim parques patrimoniais – e, no seu reconhecimento, enquanto estratégia de desenvolvimento territorial.

De referir ainda, a proposta conceptual “património território” de Magnaghi (2000) que parte de uma definição decorrente da reflexão sobre o processo de territorialização, em si que se define por uma estrutura tripartida referente aos tempos passado (história), presente (situação) e futuro (projeto).

Segundo este processo, a territorialização constitui a dimensão histórica do território, a desterritorialização é o contexto atual (de abandono, por revalorizar) e a reterritorialização, a implementação de um projeto que permita a revalorização desse mesmo território.

E é, neste sentido, que o património territorial adquire um papel central e fundamental para o objetivo de desenvolvimento local autosustentável.

O autor reconheça nos mecanismos de conservação – parques naturais, monumentos, centros históricos, reservas – ativos específicos para a concretização deste objetivo, considera-os insuficientes, se não forem articulados com as necessidades locais.

A referência e aceitação do devir territorial, permite uma reflexão além das estruturas físicas (entenda-se arquitetónicas) puramente, naturalista, dado que o lugar natural é transformado em território, dando origem ao “lugar” ou ainda para além dos modelos tradicionais de conservação.

É igualmente de assinalar o facto de ambos os conceitos propostos convergirem num procedimento similar baseado na análise/sistematização/inventário, estratégias de intervenção, a médio-longo prazo, através de uma estrutura física determinada, acompanhada ou sucedida pela sua instrumentalização.

Esta abordagem metodológica bem como a observada nos parques patrimoniais por Bustamante (2008), especificamente os de temática industrial foi basilar para a criação da proposta de Paisagem Cultural da Paisagem Cultural da Pirite Alentejana. A proposta assenta assim, na leitura territorial do património industrial mineiro alentejano.

O património industrial trata-se de um património particular. Documentos como a Carta de Nizhny Tagil (2003) vieram colocar em evidência recente o seu valor patrimonial a par de metodologias para a sua salvaguarda tendo em conta as várias escalas de intervenção:

“O património industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetónico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação”. (TICCIH-ICOMOS, 2003,p. 3).

As paisagens industriais são “documentos à escala de regiões” (CHOAY, 2006, p.234) e, como tal, associados à implantação do complexo industrial estão outros elementos de desenho urbanístico de impacto regional, infraestruturas de comunicação, ou local, como áreas residenciais, ou documentos parciais – perdidos, expectantes ou musealizados – com um potencial de serem lidos como um todo, através da sua reinterpretação sistémica na região.

No contexto particular das paisagens culturais mineiras, estas definem-se enquanto produto antrópico, por serem inerentemente polarizadas, quer pela localização do recurso geológico, quer por determinados elementos referenciais; hierarquizadas pela apropriação topográfica intencionada de um projeto, simultaneamente funcional e simbólico, celular, resumindo eventos urbanos em contextos, geralmente, rurais.

## DA METODOLOGIA À PROPOSTA

A conceptualização explanada anteriormente de paisagem cultural e o seu entendimento permitiu estabelecer a noção de “parques patrimoniais”.

A partir dos cinco elementos da sintaxe de Kevin Lynch (1960), Sabaté e Schuster (2001) e Sabaté (2004) sugere aquele que é o contexto sintático comum dos parques patrimoniais.

Bustamante (2002, 2008) no âmbito da sua investigação, deu continuidade a esta linha de pensamento, complementando-a com as considerações sintetizadas no Quadro 1.

Bustamante (2008), na sua investigação reelaborou, parcialmente, estes indicadores para o estudo analítico e morfológico, definindo os parques patrimoniais norte-americanos ( que existem deste a década de setenta) e europeus.

**Quadro 1.** Elementos físicos de revalorização dos parques patrimoniais.

<b>Lynch (1960)</b>	<b>Sabaté e Schuster (2001), Sabaté (2004), Bustamante (2002, 2008)</b>	<b>Aspectos de valorização morfológica e formal (Bustamante, 2002)</b>
Regions (Bairros)	Regiões ou Áreas – reconhecimento de um âmbito global (tema aglutinador) e de sub-âmbitos (áreas temáticas entendidas per si e complementares)  Sub-âmbitos, onde podem existir “áreas temáticas” e “constelações” (áreas pontuais em rede). Dependendo da dimensão e especificidade dos dados parques patrimoniais, podem ser definidas, ainda, em “paisagens patrimoniais” e “regiões temáticas”	- Estrutura clara, dividida, por vezes em subáreas - Áreas definidas de acordo com critérios de homogeneidade, para constituir uma “unidade temática” através de três ou quatro elementos referenciais como: textura, padrões, vegetação, tipos de construções
Landmarks (marcos)	Marcos como recursos patrimoniais existentes e os serviços que proporcionam. São lugares e elementos patrimoniais de importância reconhecidos, na paisagem cultural, e designados como “satélites”	- Elementos de contraste, face à envolvente (relação figura/fundo) - Elementos de referência, dentro do parque patrimonial - Construções e signos ao seu redor, evitando perder-se como pontos focais e de relevância - Inter-relações entre si, mediante códigos de entendimento, simultaneamente, comuns e diferenciais; - Intercâmbio dos sistemas de transporte e pontos de tomada de decisão sobre eles que facilitem a sua compreensão e acesso
Nodes (pontos nodais)	Portas, acessos e equipamentos culturais (existentes ou criados para o efeito), como centros de interpretação e museus  Elementos de apresentação da mensagem interpretativa, que podem ter um sentido: - Literál: coincide com características geográficas; - Figurativo – áreas escolhidas que organizam a visita ao utente	- Identidade clara, construída pela forma e delimitação precisa e sinalizada, de modo a ser perceptível de que se trata do momento de entrada/saída do parque patrimonial -Eficiência proporcional à sua localização, nomeadamente, se coincidir com o início ou fim de um itinerário, transição de meios de transporte ou se formar parte de um sistema nodal

continua

continuação

Lynch (1960)	Sabaté e Schuster (2001), Sabaté (2004), Bustamante (2002, 2008)	Aspectos de valorização morfológica e formal (Bustamante, 2002)
Paths (vias)	Itinerários e percursos que relacionam o todo, podem ser principais e secundários Itinerários ou vínculos de escala variável, desde regionais às locais ou diretamente, relacionadas com os sub-âmbitos, em que se inserem	- Identificáveis facilmente na envolvente - Desenho que reforça facilmente a questão de continuidade, dentro do parque patrimonial - Sentido de continuidade reforçado pela linearidade adjuvado por elementos que a enfatizem no decurso do itinerário proposto. As intersecções devem ser limitadas para evitar a perda de leitura
Edges (Limites)	Limites visuais e administrativos do projeto territorial Os limites visuais e físicos podem coincidir com os limites geográficos, ainda que, tal, não seja obrigatório	- Desenhados, de modo a serem concisos e precisos; - Visíveis à distância e, parcialmente, recorríveis - Reconhecer o dentro e fora do parque patrimonial

Fonte: Elaboração própria a partir de Sabaté e Schuster (2001), Sabaté (2004), Bustamante (2002, 2008).

Estes projetos territoriais têm, como intuito, estabelecer uma proposta rizomática de entendimento entre as componentes interpretadas e estruturantes que compõem o território e que conferem uma maior identidade (Quadro 2).

O contexto metodológico/operativo dos parques patrimoniais deve-se, em termos genéricos, aos seguintes princípios:

Leitura e análise – que advém do conhecimento (documental, oral, etc.) e da interpretação dos vários recursos patrimoniais existentes, de que decorre um inventário e classificação dos recursos existentes.

A questão do recurso à inventariação, respectiva classificação e hierarquia para a constituição de propostas de “paisagens culturais” é transversal.

No entanto, o que se constata como diferença estratégica, advém não só das premissas já de si distintas, entenda-se UNESCO e as restantes, como para o que são utilizadas.

No caso da UNESCO, limitam-se a servir um propósito de catálogo para a manutenção dos recursos, já no caso das outras propostas territoriais, servem um propósito analítico para uma visão estratégica propositiva, assente num suporte físico claramente desenhado e não somente delimitado:

- Narrativa – os parques patrimoniais são propostas para um património passado experimentado, no presente, e que reivindicam o futuro. A narrativa proposta constrói-se a partir de uma perspectiva interpretativa de âmbito temático geral, composto por unidades temáticas ou como designadas, no âmbito desta tese, de “unidades-episódio”. O âmbito geral deve-se, muitas vezes, a uma vocação em declínio das paisagens culturais, pelo que se desenha uma interpretação possível e valorada pela aceitação local, devidamente, ilustrada com o recurso a elementos de apoio, como a identificação de lugares de memória. Corresponde, igualmente, a uma fase importante deste tipo de projeto territorial, a de definição e composição interpretativas e neste sentido, destacam-se claramente das paisagens culturais UNESCO (1992) cuja narrativa assenta na classificação em si, pura e simplesmente;
- Imagem – como explanado, a imagem construída tem vários níveis de entendimento. Dada a extensão deste tipo de projetos e a necessidade de conferir unidade ao todo, a ideia de

imagem enquanto produto/marca, com um logótipo próprio é a mais premente. Seguindo-se-lhe eventualmente, o reconhecimento instrumental, plano de gestão e finalmente, o marco legal e administrativo próprio dentro do sistema de planeamento vigente.

**Quadro 2.** Legibilidade, enquanto elemento estruturante das paisagens culturais.

Lynch (1960)	Sabaté e Shcuster (2001) Sabaté (2004), Bustamante (2002, 2008)	Aspectos de valorização morfológica e formal (Bustamante, 2002)
Legibility (Legibilidade)	<p>Depende da congregação dos aspectos supramencionados e de elementos de estruturação e apoio, para além dos denominados “satélites” (recursos/ serviços):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Paisagens interpretativas: casos singulares de propostas projectuais não tendo nem serviços ou um recurso patrimonial per si;</li> <li>- Lugares da memória e/ou com significado particular;</li> <li>- Sítios de interpretação;</li> <li>- Sistemas de sinalização;</li> <li>- Pautas de desenho do projecto territorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Imagem (logótipo e infra-estruturas de informação)</li> <li>- Narrativa (o que se acresce com o projecto ao lugar)</li> <li>- Consciencializar que parte na sua maioria de uma abordagem bottom-up ou local</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, a partir de Sabaté & Schuster (2001) Sabaté (2004, 2008a,b), Bustamante (2002, 2008).

Seja no âmbito teórico, como no âmbito de uma definição institucionalizada, considerou-se uma concordância entre as diferentes propostas, na qual o “carácter” é característica *morfogenética* primordial.

Este carácter pode estar definido por características, tidas como referenciais, sejam elas físicas, funcionais ou culturais, contribuindo para a definição de uma proposta de paisagem cultural, numa abordagem, simultaneamente, fenomenológica e com o intuito último da sua valorização ou revalorização.

Pode funcionar, assim, simultaneamente, enquanto pretexto e contexto de uma proposta territorial, tornando-se, não só, o catalisador, como o fator agregador em áreas homogéneas ou, podendo ser diferenciadas entre si, partilham este traço comum num processo similar à morfotropia.

Em termos *morfoestruturais*, o tipo formal da paisagem cultural pode assentar em componentes ambientais, antrópicas ou relativas à compreensão da existência de um *continuum* (associado a permanências) ou ainda da fragmentação territorial.

As propostas constituem-se em padrões de organização espacial de ordem diversa: pontos (referências em si ou eventos patrimoniais pontuais), as já referidas áreas homogéneas que podem ser contíguas ou intercaladas, ou ainda, elementos lineares (a partir de elementos pré-existentis naturais ou artificiais).

A delimitação das propostas territoriais, com base no património, decorre da aferição destes elementos e padrões espaciais, verificando-se o seu uso de modo, igualmente, distinto.

A clareza dos limites é o fator comum das propostas que primam por uma delimitação fixa ou cuja variação decorre dos contornos evolutivos locais.

Constata-se que a delimitação estritamente conservadora, tem vindo a dar lugar a uma delimitação relativa, tão consciente das permanências, quanto das variáveis paisagísticas.

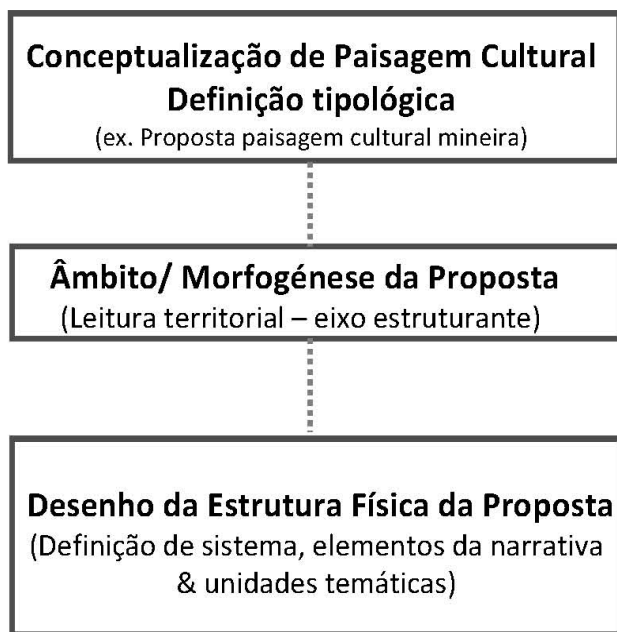
Além de constituírem elementos integrantes dos padrões espaciais, são pretexto enquanto signos para a criação de uma *morfosemântica* e *morfosintaxe*.

No caso dos parques patrimoniais, como já foi referido, constrói-se uma narrativa assente no contar de uma história proposta a partir de “unidades episódio”.

O enquadramento formal parte de um discurso territorial pré-existente, geralmente vinculado a uma estrutura física também pré-existente.

Por exemplo, no caso das paisagens culturais mineiras, a estrutura geológica comum fundamenta, geralmente, uma estratégia territorial em rede e transnacional.

O seu fundamento não se restringe a esta constatação, para a qual contribuem a percepção e a memória coletivas devidamente documentadas (como por exemplo, de base escrita e gráfica).



Fonte: Elaboração da autora. (OLIVEIRA, 2015)

**Figura 2.** Modelo metodológico para o desenho de propostas de “paisagens culturais”.

Na concepção da proposta da Paisagem Cultural da Pirite Alentejana foram considerados os seguintes aspectos:

- Conceptualização de paisagem cultural e mineira em particular que se define tanto pelo âmbito temático, como pelo tipológico. Considera-se que esta fase deve anteceder a de leitura e análise territorial de qualquer objeto de proposta territorial — que se constitui geralmente na primeira abordagem metodológica das propostas territoriais internacionais



analisadas, como parques patrimoniais —, pela necessidade de estabelecer, um meio comum de entendimento. Esta necessidade advém do já referido contexto atuante interdisciplinar, mas, também, e dado que se trata de uma proposta regional, da participação de diferentes autarquias (no caso desta proposta – Câmara Municipal de Grândola, Câmara Municipal Aljustrel e Câmara Municipal Mértola) e das entidades concessionárias SAPEC, ALMINA e La Sabina. Os processos de paisagens culturais podem ser complexos, dada a participação de vários atores e níveis administrativos distintos, mas é nesta complexidade que se constitui a oportunidade e o respectivo debate. Em qualquer iniciativa e, principalmente, num campo inovador de intervenção patrimonial como o demonstrado, cabe à academia clarificar/estabelecer pressupostos conceptuais – no caso da arquitetura e urbanismo com o suporte morfológico subjacente –, de modo a que possam ultrapassar este contexto e serem, posteriormente, mais facilmente, divulgados e discutidos na esfera pública. Este debate só acontece se as autarquias assim o entenderem e puderem dinamizar, naquele que é o desejo de uma cultura participativa que aos poucos emerge nacionalmente.

- Definição do âmbito/morfogénese da proposta que decorre da leitura territorial, definida enquanto estrutural – “área estruturante não aparente” – no caso a Faixa Piritosa Ibérica (FPI). A delimitação global da proposta é consequência desta infraestrutura geológica. Aquilo que a FPI indiciava enquanto “cordão magmático” de intrínsecas implicações sócio-funcionais, é consubstanciada no plano arquitetónico e urbanístico. As análises anteriores confirmam que os espaços existentes, ainda que com as suas especificidades ao nível do contexto evolutivo, possuem cumplidades que permitem uma classificação comum através da representatividade espacial. Este aspecto é determinante para a criação de uma narrativa e consequente legibilidade (quadro 2), através da denominação da “Paisagem Cultural da Pirite Alentejana” já que permite no caso concreto a afirmação dos núcleos da proposta enquanto unidades temáticas (definição explicitada no ponto seguinte);

- Desenho da estrutura física da proposta através da definição de sistema poli-nuclear cuja seleção dos núcleos se estabelece através de um “crono/topos/logos” particular da paisagem cultural mineira, a partir de:

- Documentação histórica e respectiva cronologia de eventos de cada um dos núcleos que permite, não só, a contextualização das suas origens e evolução como também, de eventuais paralelismos mais atuais no que concerne a uma ideia de reabilitação localizada;

- Dados iconográficos e gráficos existentes (alguns inéditos e ou recuperados para o efeito proposto pela investigação) que estabelecem a base morfológica e estrutural de cada núcleo, permitindo uma síntese interpretativa das lógicas estruturais e, acima de tudo, estabelecendo os elementos morfológicos comuns, explicitando a contextura deste território, em particular. E, neste sentido, distingue-se de um inventário tradicional – ainda que dele advenha – ao constituir-se um catálogo/cartografia unitários com um intuito propositivo regional;

- Proposta de núcleos com uma expressão geográfica própria e assinalada à partida. O estudo referente ao desenho da estrutura física da proposta permite estabelecer os critérios de eventual integração de outros núcleos da FPI – por exemplo, núcleos espanhóis ou ainda, núcleos satélites de escala variável, como o Bairro de Faleiros, no

caso do Lousal ou até os núcleos integrantes do complexo mineiro de S. Domingos – e, de acordo com a sistematização realizada, em cada núcleo mineiro;

– Concepção de uma narrativa, associada a estes elementos interpretativos resultantes de uma abordagem morfológica à existente rota da pirite (OLIVEIRA 2015) que resume uma abordagem geológico-patrimonial, a par ainda da abordagem sociológica e dos centros interpretativos existentes de cada núcleo. Ainda que de premissa estritamente geológica, esta rota tem, igualmente a mais valia de apresentar uma potencialidade transfronteiriça de leitura do território, cujos núcleos, podem também eles ser analisados, de acordo com as classificações estabelecidas na proposta. Interpretação baseada simultaneamente nos recursos existentes: substituição traço por letras.

a) Infraestruturas existentes, como caminhos-de-ferro próprios da mina ou elementos-referência particulares de cada núcleo, exemplificados pelos casos dos depósitos de água e fontes (no Lousal), moinhos de vento (em Aljustrel) e fornos colectivos (em S. Domingos/Pomarão). Apesar destes elementos não serem de natureza, eminentemente, industrial, perfazem, como anteriormente analisado, permanências evidentes nos respectivos contextos evolutivos. No caso de estarem associados a espaços-miradouros (como identificado no Bairro das Oliveiras, Lousal) importa clarificar, se estão no interior ou exterior dos núcleos;

b) A expressão espacial pública, sob a sistematização representativa de espaços públicos; semi-públicos, através da relação entre bandas dos bairros operários e ainda celular, encontrada nestes mesmos bairros;

c) Para além da classificação acima referida, acresce-se ainda, que ao longo da análise de cada caso foram identificados como os de carácter particular, de acordo com critérios tipológicos (associados a edifícios referência, posicionamento no núcleo urbano) e histórico-sociais (associados a ritos colectivos ou a signos);

d) Ao nível dos percursos, distinguir claramente entre percursos de carácter histórico, remanescentes (como identificado no caso do Lousal, a antiga estrada da pirite) ou alusivos (como no caso de S.Domingos e a ligação às unidades fabris) dos restantes, devida à informalidade constatada a este nível nos núcleos;

e) Elementos isolados ou de possibilidade interpretativa como miradouros ou ermidas (interiores ou exteriores aos núcleos. O papel dos miradouros na leitura territorial e acima de tudo como receptores de sinalética informativa que contextualize a proposta de “Paisagem Cultural da Pirite Alentejana”;

f) Ritos e outros elementos identitários tangíveis e intangíveis do coletivo.

- A designação de Paisagem Cultural da Pirite Alentejana tem, como objetivo, a caracterização territorial sob uma imagem global cujo contributo reflexivo ou seja, a do reconhecimento da área territorial pelo todo através das partes. Ainda, no plano da imagem produto/global, a cor assume-se desde logo enquanto elemento de referencial identitário, remetendo, igualmente, para a questão da contextura ao nível da “morfossintaxe”. As casas em S. Domingos são na sua maioria, simplesmente, caiadas a branco, tanto no

Pomarão como em Aljustrel e no Lousal, além de terem os paramentos caiados a branco, têm molduras nos vãos, pintadas a amarelo e/ou azul. Esta questão é, sobejamente, importante já que em termos regionais, o amarelo surge como a cor identitária de eleição; enquanto o azul está associado à identidade mineira, no caso do Lousal, pela população local. O consenso no uso da cor do paramento é, ao nível de uma imagem de Paisagem Cultural, um aspecto significativo que deve ser, devidamente, considerado. De igual modo, estabelecer um logótipo e respectiva sinalética próprios e colocá-la estrategicamente nos pontos definidos como miradouros internos e externos, é vital. À semelhança do que se verificou nos casos de parques patrimoniais, a denominação própria de “Paisagem Cultural da Pirite Alentejana” possibilita não só que as autarquias invistam nas localidades ou se candidatem a fundos com o intuito da sua divulgação, como estabelecer uma autossuficiência económica própria, a médio prazo.

- De igual modo, a definição apresenta a temática global da proposta, não obstante conceber a integração de subtemáticas do mesmo quadrante ou complementar. Esta diferenciação é essencial para a integridade da proposta e respectiva interpretação. No caso dos núcleos que integram a proposta existe, por exemplo, uma subtemática do mesmo quadrante histórico com o já designado Conjunto de Interesse Público, no núcleo de S. Domingos/Pomarão.

As unidades temáticas/projectuais apresentadas são as seguintes:

- a) Lousal: Da particularidade topográfica (1900). Salienta-se, aqui, o aspecto particular dos bairros operários estarem implantados em cotas elevadas ao contrário do que se verifica usualmente neste tipo de núcleos. No caso do Bairro das Oliveiras, tem, como aspecto adicional a composição de um “espaço miradouro”;
- b) Aljustrel: As permanências no devir (1867). Considera-se, assim, num núcleo que não se encontra fechado em termos funcionais estabelecer que os bairros operários são permanências no seu tecido, como os monumentos na cidade ainda que, não sejam signos de excelência;
- c) Mina de S. Domingos/Pomarão: Da mina ao Rio Guadiana (1858). Reinterpreta-se assim o recentemente classificado conjunto de interesse público relativo a estes núcleos, ao introduzir, adicionalmente, uma narrativa mais lata;
- d) Cada núcleo representa, no seu todo, uma forma espacial específica não obstante os elementos comuns encontrados: Lousal, linear/disperso; Aljustrel, combinado (linear e polarizado agregado por um núcleo urbano já existente); S. Domingos, combinado (linear e com três núcleos internos, para além da polaridade própria da mina) e Pomarão, linear dada a sua característica portuária.

- Nos casos dos parques patrimoniais dos quais resultaram planos, a definição de unidades temáticas e subtemáticas (categoria “Morfoestrutural”) foi essencial para a sua concretização e reconhecimento institucional. Acresce, ainda, que o reconhecimento institucional da proposta possibilitaria a sua eventual inserção no sistema de planeamento, com um plano urbanístico abrangente próprio, de acordo com a figura de plano intermunicipal e dado que cada núcleo possui planos próprios, no caso de S. Domingos/Pomarão, inclusive um Plano de Salvaguarda, estes seriam tidos em consideração.

- Relativamente ao sistema de valores subjacente à proposta e tal como indicado no Quadro II.4, a singularidade do património industrial, ainda que seja o reflexo de uma historicidade caracterizada pelos elementos de permanência, já referidos, resumem, não uma excepcionalidade, mas uma virtualidade identitária e testemunhal da região. Os valores do coletivo, bem como, a questão do património como recurso surgem a par da interpretação e classificação profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A valorização do património industrial em Portugal é, relativamente, recente e deve-se em grande parte, à introdução na década de 1980 a disciplina de arqueologia industrial.

Em termos históricos e, comparativamente, com outros países europeus, como Inglaterra ou França, a expressão da indústria extrativa portuguesa é de génese, tão pontual e fragmentária, quanto os elementos de natureza variada que a testemunham no território.

No entanto e em alguns casos, a completude destes vestígios revela-se acima de tudo, através da sobrevivência da sua identidade e expressões morfológicas próprias.

No caso particular do património industrial mineiro, uma das questões mais pungentes é o elevado grau de degradação e de vandalismo que se verifica, na maioria dos casos.

Não é, por isso, surpreendente, que o património remanescente desta atividade esteja integrado em modelos de preservação que atentam sob o recurso geológico em si; caso por exemplo, do GeoPark de Arouca ou através das propostas recentes de rotas geológicas, como o Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, a nível nacional e a nível local, a Rota da Pirite.

Do ponto de vista interdisciplinar, a sua interpretação, na maioria dos casos, assume os contornos próprios da arqueologia industrial ou enquanto ferramenta para o mapeamento geológico e a sua reabilitação parte, essencialmente, de uma perspectiva ambiental.

Nos acervos consultados, este facto torna-se ainda mais notório nos elementos catalogados. A maioria dos documentos relacionados com a localização de poços e dos furos estão identificados, sendo que, as plantas referentes às implantações e sua evolução, caracterização de tipologias ou equipamentos se encontram por explorar, simplesmente, dispersas ou desaparecidas.

A “Paisagem Cultural da Pirite Alentejana” implícita um modelo metodológico no que concerne ao seu desenho e fundamento, a partir do qual se poderão basear outras propostas de paisagens culturais.

No entanto, a maior questão tem sido para além da sua disseminação como transitar do projeto, da proposta para o terreno.

Um das vertentes na qual a investigação sempre incidiu foram a sua interdisciplinaridade e o resgate de um conhecimento inédito a par da criação de uma marca territorial.

A investigação em si própria é um bem que deveria ser utilizado como parte de uma rede de conhecimento disciplinar variado e complementar devidamente suportado por

um esquema de instrumentalização *spin-off* a partir de uma instituição relacionado com a investigação ou que a acolha e da sinergia com outros centros de investigação.

Tal como sucede com muitas investigações a falta de recursos económicos e as poucas hipóteses de obtenção de financiamento ou da União Europeia através de concursos públicos ou iniciativas privadas em Portugal, torna a concretização deste objetivo primário e último difícil de alcançar, ainda que não impossível.

## REFERÊNCIAS

BUSTAMANTE, Leonel. **La mirada y la memoria. Elementos de estructuración y revalorización del paisaje cultural de Lota Alto** (Tese de Doutoramento). Barcelona: Escuela Técnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, 2008.

International Council on Monuments and Sites & The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial**. Nizhny Tagil, 2003.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade** (1ª ed.). Lisboa, 1960.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**. Torino, 2000.

OLIVEIRA, Marta Duarte. **Património e memória no devir territorial**. A Paisagem Cultural da Pirite Alentejana no contexto português. (tese de Doutoramento,). Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2015.

OLIVEIRA, Marta Duarte, RIBEIRO, Jorge Tavares. The cultural landscape paradigm: conservation approaches and tools. The case of Pico island vineyard culture, Azores, Portugal. **Design Principles and Practices: An International Journal**, 6(3), 129-147. Chicago 2013.

SABATÉ Joaquín, SCHUSTER, J.Mark. **Projectant l'eix del Llobregat: paisatge cultural i desenvolupament regional**. Designing the Llobregat corridor: cultural landscape and regional development (1ª ed.). Universitat Politècnica de Catalunya; City, Design and Development Group, Massachusetts Institute of Technology. Barcelona:2001.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. Paris,1992.